

A LIÇÃO DE UM INQUÉRITO

23. II. 59

Os chamados inquéritos de opinião pública têm valor muito relativo, ainda quando realizados com probidade. As tendências, as condições sociais do pesquisador e as mais variadas circunstâncias influem no resultado. Correspondendo a verdadeiros cortes anatômicos no organismo social, dependem os inquéritos, antes de mais nada, da zona explorada. Além disto, tudo se pode desvirtuar na prática e algumas vezes têm servido êstes inquéritos como instrumentos de propaganda política: são encomendados para chegarem a um determinado resultado.

Nenhum motivo temos para descrever da seriedade do Ibope, instituição bastante conhecida que a estas pesquisas se dedica, e para duvidar, portanto do recente inquérito realizado a respeito da popularidade do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Na generalidade dos Estados, exceptuados dois, somente, a maioria das pessoas interrogadas manifestou-se favorável ao Presidente, louvando-lhe a ação. Se algum vício não inquina a investigação e o seu resultado corresponde à realidade, a maioria do país apola francamente o que êle tem feito e o que tem deixado de fazer, e simples maldizentes, opositores sistemáticos e inconformados seriam os que lhe combatem a política e a administração.

Ora, nada é mais evidente do que a calamitosa situação a que, por sua leviandade e inconsciência, êle levou o País, o qual se vinha seguramente restaurando sob o breve governo do sr. Café Filho. Um só índice bastaria a condenar-lhe o governo: a galopante inflação, com a conseqüente e vertiginosa ascensão do custo da vida, e as formidáveis negociatas a que tem dado lugar a sua chamada política de desenvolvimento. Poderá chamar-se, já não dizemos um bom, mas um sofrível Presidente o que, recebendo o País em fase de franco restabelecimento, lhe acelera a ruína, principalmente, senão exclusivamente, por iniciativas e atos seus?

Tomemos um só exemplo: Brasília. Somos, sempre fomos favoráveis à mudança da capital. Mas o que o sr. Juscelino Kubitschek está fazendo, não pela construção de uma nova cidade, mas pela maneira alucinada como a está construindo, é propiciar grandes negociatas e agravar assustadoramente a inflação. Por que o está fazendo? Por vários motivos, mas principalmente para deixar de si, como se tem dito, um monumento faraônico. A sua exacerbada validade tudo está sacrificando o Presidente Voador.

Outro caso típico da sua arte de governar: o fomento artificial da indústria, melhor de certa indústria ligada a certos interesses, em detrimento da agricultura, isto é, da atividade econômica verdadeiramente fundamental num país como o nosso. Chegamos assim a esta situação absurda: exportar, talvez, automóveis, mas importar banha e feijão para alimentar a população.

Longe iríamos se quiséssemos considerar os principais aspectos do governo e da administração do sr. Juscelino Kubitschek, que realiza, entre nós, o mais completo tipo do governante pessoal e irresponsável. Os dois casos apontados bastam a caracterizá-lo aos olhos das pessoas de alguma capacidade de julgamento. Como explicar assim o resultado do inquérito do Ibope?

Excluimos a hipótese de que êle tenha sido conduzido tendenciosamente. Excluimos já pelo motivo acima apontado, já porque a simples observação revela a incapacidade de julgamento político de muitos cidadãos. Pode ter sido exagerado o resultado do inquérito, mas não está inteiramente fora da verdade. Apesar dos seus desacertos e dos seus abusos, o sr. Juscelino Kubitschek tem inegavelmente boa parte da opinião pública por si.

Feita esta verificação desconcertante, surge naturalmente uma questão: será capaz de praticar com proveito a democracia um povo que tão incapaz se mostra de julgar os seus homens de governo? Duvidosa não pode ser a resposta. Conhecer os homens públicos e julgá-los é condição fundamental. No Brasil, porém, executada sempre uma minoria consciente, basta que um homem galgue o poder, para que muitos se lhe prosternem, como ante uma deidade. Mais do que nunca, o poder é o poder e, em vez de emanar do povo, como quer a nossa Constituição, sobre o povo exerce êle o seu fascínio. O nosso regime é ainda o da idolatria política. Um simples aventureiro exerce muito maior influência do que um verdadeiro estadista.

Esta é a triste realidade. Não se veja, porém, nestas palavras, um definitivo julgamento de incapacidade. Não. Três quartos de século de um regime de arbítrio e irresponsabilidade, em que um homem só tudo pode contra a Nação, desavanzaram o povo brasileiro do exercício da democracia e o trouxeram a uma fase de fetichismo político. No Império, embora diferentes fôssem as condições, demos animadoras provas de capacidade política. Mas, se não fizemos urgentemente a reforma política necessária, o que por ora é simples dedução, poderá tornar-se incapacidade orgânica para o exercício da democracia. Hoje temos Juscelino; amanhã teremos cousa pior.